



RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 9, de 2023 (Mensagem nº 94/2023, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à *apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado o do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.*

RELATOR: Senadora MARA GABRILLI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América (EUA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores enviou o currículo da diplomata indicada. Do acervo encaminhado, extraímos o que segue.

Nascida em Belo Horizonte, em 27 de março de 1954, filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, a Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1976 e ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado de Brasília (1978) e recebeu o grau de Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (1982). Também no referido Instituto, concluiu os cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982), e de Altos Estudos (1995), com a tese denominada “O gás nas relações Brasil-Bolívia”.

Ascendeu a Segunda-secretária (1979); a Primeira-secretária (1984); a Conselheira (1990); a Ministra de segunda classe (1997); e a Ministra de Primeira Classe (2006). Sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais (1988/90); Coordenadora-Executiva do Gabinete do Ministro de Estado (1990/93); Subchefe da Secretaria de Imprensa do Gabinete (1995/96); Chefe da Divisão da América Meridional I (1996/99); Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2004/06); Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2006/07); e Subsecretária-geral da Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico (2016/17).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheira na Embaixada em La Paz (1993/95); Ministra-Conselheira na Missão junto às Nações Unidas, Nova York (1999/2004); Embaixadora-Representante Permanente na Missão junto às Nações Unidas (2007/13) tendo, nessa condição, chefiado a delegação do Brasil ao Conselho de Segurança da Organização (2010/11), e presidido referido órgão em fevereiro de 2011. Foi, por igual, Embaixadora em Berlim (2013/16). Entre 2017 e 2022, chefiou o Gabinete do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação de distintas organizações internacionais, bem como de diferentes conferências diplomáticas.

A Diplomata indicada é portadora da Medalha da República Oriental do Uruguai; da Ordem do Mérito Militar, do Brasil; da Ordem de Bernardo O' Higgins, do Chile; da Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil; da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; e da Ordem de Rio Branco, do Brasil.

A Embaixadora em questão foi professora de História das Ideias Políticas do Instituto Rio Branco (1992). Entre suas publicações, merece realce a coordenação da obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011)*, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Além do currículo da diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre os Estados Unidos da América, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, elaboramos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina à indicada.

Os EUA são o mais tradicional parceiro do Brasil no cenário internacional. Cuida-se de relação sólida que tem origem no fato de que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer nossa independência, em 1824. Merece ainda destaque, do ponto de vista histórico, a circunstância de o Imperador Dom Pedro II ter sido o único chefe de Estado presente na cerimônia de inauguração da Exposição Universal da Filadélfia de 1876, atendendo a convite do presidente Ulysses Grant. Some-se a esse quadro a constatação de que, desde 1905, as respectivas representações diplomáticas têm o *status* de Embaixadas.

O convívio bilateral segue, desde então, a orientação política do governante do momento, bem como as particularidades históricas de cada época. Esse contexto proporciona o tom de maior ou menor aproximação entre os dois países. O relacionamento recíproco experimentou, assim, oscilações ao longo do tempo. Ele, no entanto, é marcado pela prevalência do interesse mútuo na continuidade de convivência próxima em proveito de ambas as sociedades.

A relação entre os dois países segue se beneficiando das semelhanças entre eles verificáveis. Com efeito, Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Com dimensões continentais e possuindo expressivos recursos naturais, ambos os países são democracias multiétnicas e multiculturais. Para além disso, possuem economias dinâmicas e diversificadas, bem como considerável afinidade de valores e interesses.

Dessa forma, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, comércio, ciência, tecnologia e inovação, investimento e infraestrutura, como também direitos humanos e meio ambiente ocupam espaço superlativo na cooperação bilateral. Não surpreende, pois, que os Estados Unidos sejam o principal destino de nossas exportações de produtos manufaturados e

semimanufaturados. Eles são, ainda, tradicionais investidores em nossa economia. Observa-se, de forma análoga, crescente participação de empresas brasileiras nos EUA objetivando ganho de escala, absorção de tecnologia e plataforma para alcançar outros mercados.

O ambiente até aqui descrito só é possível graças à permanente interlocução entre os respectivos governos, que é impulsionada por meio de mais de trinta mecanismos de cooperação. Essa situação adquiriu novo alento com as eleições de Joe Biden nos EUA e de Lula no Brasil. A circunstância de ambos os chefes de Estado compartilharem semelhante escala de valores contribui com a possibilidade de se revigorar ainda mais o diálogo bilateral, bem como estabelecer novas iniciativas no eixo Brasília-Washington.

Em relação à comunidade de brasileiros residentes nos Estados Unidos, ela é estimada em um milhão e novecentos mil indivíduos. Acredita-se, no entanto, que esse número esteja subestimado em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano. De toda forma, esse contingente é atendido por rede consular composta por 10 consulados-gerais, que estão localizados nas seguintes cidades: Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington, bem como o vice-consulado na cidade de Orlando, instituído em 2022. Essa rede atua em coordenação com a Embaixada do Brasil em Washington, que trata, sempre que necessário, da defesa dos direitos dos migrantes brasileiros com as agências pertinentes do governo local.

Do ponto de vista comercial, os Estados Unidos seguem sendo, em termos absolutos, nosso segundo parceiro comercial. Embora superados pela China como o maior importador de produtos brasileiros, os EUA importam do Brasil majoritariamente produtos manufaturados e semimanufaturados, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático. Dessa forma, o valor agregado das nossas exportações para o vizinho continental é mais elevado. Inobstante esse contexto, a balança comercial segue fortemente deficitária para o Brasil.

Em 2022, a corrente de comércio entre os dois países registrou o valor inédito de US\$ 88,76 bilhões. Apesar do incremento nas trocas, elas seguem, como observado, deficitárias em relação ao Brasil. Da cifra referida, exportamos o equivalente a US\$ 37,4 bilhões. No ponto, merece destaque a circunstância de o superávit estadunidense com o Brasil ser o quarto maior em seu comércio exterior.

Registramos, ainda, que os EUA são o país com maior estoque de investimentos em nosso país, que é estimado pelo Banco Central do Brasil em US\$ 123 bilhões. Em sentido contrário, nosso estoque de investimentos nos EUA é da ordem de US\$ 45,2 bilhões. Esse montante, segundo especialistas, mantém aproximadamente 100.000 empregos diretos nos EUA.

Lembramos ainda que a candidata apresentou planejamento estratégico contendo rol de metas e indicadores para sua gestão. Desse conjunto de dados, destacamos o uso da celebração, em 2024, do bicentenário das relações diplomáticas com os Estados Unidos como marco mobilizador de ações no tocante aos objetivos estratégicos do posto [p. ex., consolidar o relacionamento bilateral; ampliar a inserção econômica do Brasil no mercado estadunidense; incrementar a cooperação em áreas de interesse comum (meio ambiente, fortalecimento da democracia, direitos humanos, saúde, energia e defesa); promover a imagem e a cultura do Brasil em articulação com a imprensa, formadores de opinião e “think tanks”; apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira nos EUA].

Por fim, destacamos que a indicação de Maria Luiza Ribeiro Viotti para o cargo de Embaixadora do Brasil em Washington representa um marco histórico para o Itamaraty. Trata-se da primeira vez, na história da diplomacia pátria, que uma mulher chefiará este cargo, fortalecendo os esforços para maior representatividade de gênero nos postos mais relevantes do serviço exterior brasileiro. Nesse sentido, saudamos esta indicação e esperamos que ela abra caminho para o incremento na participação feminina entre as embaixadas brasileiras mais estratégicas para o interesse nacional.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora